

CR Motors Participações Ltda.
 CNPJ/MF nº 09.431.169/0001-70 - NIÊ 35.222.194.013
Reunião de Sócios Quotistas - Carta de Convocação
 Atendendo ao disposto no artigo 1.152, §3º da Lei 10.406/2002 e nas Cláusulas Sétima e Oitava do Contrato Social, a Diretoria da **CR Motors Participações Ltda.**, CONVOCA os Senhores sócios quotistas da Sociedade para se reunirem no próximo dia 10/03/2016, às 10 horas, na sede social localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Geórgia, 985, Sala E, Brooklin Paulista, CEP 04559-012, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) proposta de exclusão por justa causa do sócio minoritário **Maurício Farah**, brasileiro, solteiro, técnico em processos de produção, RG nº 12.282.472 SSP/MG e CPF/MF nº 637.625.016-53, residente e domiciliado na Cidade de Guaxupe, Estado de Minas Gerais, na Rua Felipe dos Santos, 739, Jardim Itália, CEP 37800-971; (ii) destinação das quotas de propriedade do sócio excluído; (iii) nova redação e consolidação do contrato social; (iv) outros assuntos de interesse social. São Paulo, 25/02/16. **Claudio Rosa Junior** - Diretor.
 (26, 27/02 e 01/03)

CIBRASEC -
Companhia Brasileira de Securitização
 CNPJ/MF nº 02.105.040/0001-23 - NIRE 35300151402
FATO RELEVANTE
São Paulo, 25/02/2016 - A Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização ("CIBRASEC" ou "Companhia"), em cumprimento ao disposto no inciso II do Artigo 2º da Instrução CVM nº 358/2002, conforme alterada, vem a público informar: **Certificado de Recebíveis Imobiliários da 188ª e 189ª Séries da 2ª Emissão da CIBRASEC** (respectivamente "CRI" e "Emissão"): a Companhia informa que a AGE de titulares dos CRI da Emissão, prevista para ser realizada 25/02/2016, não foi instalada por insuficiência de quórum, apesar de ter sido devidamente convocada. O presente comunicado é publicado em observância ao disposto na cláusula 7.1. do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão, e a todas as normas regulamentares e de boa governança corporativa atualmente em vigor. **Onivaldo Scalco** - Diretor de Relações com Investidores

RB Capital Companhia de Securitização
 Companhia Aberta
 NIRE 35.300.157.648 - CNPJ/MF nº 02.773.542/0001-22
Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 03/02/2016
Data, Hora e Local: 03/02/2016, às 10 horas, Rua Amauri, nº 255, 5º andar, parte, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Flávia Palácios Mendonça Bailune - Presidente, e Felipe Brito da Silva - Secretário. **Deliberações Aprovadas:** Distribuição de dividendos, no valor de R\$ 2.500.000,00, referentes a lucros auferidos até 31/12/2015, conforme balanço patrimonial de 31/01/2016, a serem pagos em moeda corrente nacional até o dia 29/02/2016. Farão jus à Distribuição os Acionistas que são titulares das ações com direito ao recebimento de dividendos. Ficam os Diretores autorizados a praticar todo e qualquer ato relacionado à Distribuição dos Dividendos. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 03/02/2016. Flávia Palácios Mendonça Bailune - Presidente, Felipe Brito da Silva - Secretário. JUCESP nº 79.272/16-2 em 19.02.2016. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

C.N.P.J. nº 10.462.524/0001-58

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Balanco Patrimonial Consolidado - Em Reais				Demonstração do Fluxo de Caixa - Em reais			
Ativo	Nota Explicativa	2015	2014	Passivo	Nota Explicativa	2015	2014
Circulante		22.708.417	18.914.681	Circulante		21.772.918	18.246.681
Caixa e equivalentes de caixa	(04)	373.172	154.980	Projeto a executar	(10)	20.665.258	16.865.436
Recursos vinculados a projetos	(04)	13.925.486	17.643.863	Fornecedores		33.841	254.392
Contas a receber	(06)	8.235.927	-	Encargos sociais	(11)	87.483	89.409
Adiantamentos diversos	(07)	138.918	1.078.820	Obrigações tributárias		-	257
Despesas antecipadas		34.914	37.018	Provisão de férias e encargos		971.283	1.022.273
Não Circulante		6.048.976	10.785.121	Contas a pagar		15.054	14.914
Realizável a Longo Prazo		-	4.021.762	Não Circulante		6.984.475	11.453.121
Projetos	(05)	-	4.021.762	Exigível a Longo Prazo		6.984.475	11.453.121
Permanente		6.048.976	6.763.359	Provisão para contingências	(13)	935.499	668.000
Imobilizado	(08)	6.048.976	6.759.146	Projetos	(10)	-	4.021.762
Intangível	(09)	-	4.213	Recursos aplicados ativos permanentes	(12)	6.048.976	6.763.359
Total do Ativo		28.757.393	29.699.802	Patrimônio Líquido	(15)	-	-
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				Total do Passivo		28.757.393	29.699.802
Demonstração do Superávit do Exercício - Em reais				Demonstração do Valor Adicionado - Em reais			
	Nota Explicativa	2015	2014		Nota Explicativa	2015	2014
Receitas Operacionais		47.899.453	48.310.698	Receitas Operacionais Brutas		47.899.453	48.310.698
Receitas operacionais		46.714.792	47.161.694	Receitas dos projetos		46.714.792	47.161.694
Recursos dos contratos de gestão	(16)	44.891.156	45.070.813	Outras receitas		1.729	741
Projetos especiais	(17)	1.823.636	2.090.881	Depreciação		1.182.932	1.148.263
Outras receitas operacionais		1.184.661	1.149.004	Insumos Adquiridos de Terceiros		11.519.673	13.278.744
Outras receitas		1.729	741	Serviços de terceiros		7.124.133	7.698.126
Depreciação		1.182.932	1.148.263	Despesas administrativas e gerais		4.395.539	5.580.618
Despesas Operacionais		(47.899.453)	(48.310.698)	Valor Adicionado Bruto		36.379.780	35.031.953
Despesas operacionais		(47.899.453)	(48.310.698)	Retenções		1.182.932	1.148.263
Despesas com pessoal		(26.272.265)	(25.468.645)	Depreciação		1.182.932	1.148.263
Despesas com encargos sociais		(8.743.111)	(8.248.797)	Valor Adicionado Líquido		35.196.848	33.883.690
Despesas administrativas		(4.395.539)	(5.580.619)	Produzido pela Entidade		35.196.848	33.883.690
Depreciação		(1.182.932)	(1.148.263)	Valor Adicionado Total a Distribuir		35.196.848	33.883.690
Serviços Prestados por Terceiros		(7.124.133)	(7.698.126)	Distribuição do Valor Adicionado		35.196.848	33.883.690
Impostos e Taxas		(181.472)	(166.249)	Pessoal e encargos		35.015.376	33.717.442
Resultado do Exercício		-	-	Impostos, taxas e contribuições		181.472	166.249
Resultado Abrangente Total		-	-	Superávit (Déficit) do exercício		-	-
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras			
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014				Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014			
<p>1. Contexto operacional: A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regidas pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. Atualmente a Associação possui 2 projetos em andamento: • O Programa GURI é uma iniciativa da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Trata-se de um Projeto Cultural na área de música. Surgiu na década de 90 e desde então é reconhecido como um dos Programas mais bem sucedidos na área sócio cultural. O Programa Guri ressalta valores implícitos no ensino musical, dentre eles a concentração, a disciplina, o trabalho em grupo e a apuração da sensibilidade. Sempre com o espírito de participação e compromisso, os profissionais envolvidos com o projeto criam condições para o desenvolvimento das potencialidades, desses jovens, contribuindo dessa forma, para a transformação da sociedade. A Associação de Cultura assumiu com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, um Contrato de Gestão que se iniciou com 8 (oito) pólos de ensino musical, e hoje coordena 46 (quarenta e seis) pólos distribuídos na Capital e Grande São Paulo. • A EMESP Tom Jobim tem por meta iniciar, formar e aperfeiçoar crianças, jovens e adultos, na área da música erudita e popular, conforme faixas etárias, nível de conhecimento e envolvimento musical e interesses de aprendizagem. Os critérios para classificar os alunos nos respectivos níveis, são baseados no conteúdo programático de cada curso. Os cursos oferecidos pela Escola são de pré- formação, formação continuada (1º, 2º e 3º ciclos), formação avançada (4º ciclo) e cursos modulares. A Escola possui ainda na sua programação, atividades extracurriculares, as quais visam o intercâmbio entre os professores e artistas de outros municípios, estados e países, oferecendo master classes e workshops, palestras, seminários, congressos e simpósios. Após a Associação de Cultura Educação e Assistência Social Santa Marcelina ter participado da convocação pública através da Resolução SC nº 93 de 17 de outubro de 2012 - para gerenciar o Programa Guri e da convocação pública através da Resolução SC nº 94 de 22 de outubro de 2012 - para gerenciar o Projeto Tom Jobim, cujo resultado foi publicamente conhecido através do Diário Oficial Poder Executivo - Seção I de 19 de outubro de 2012 onde foi declarada a Associação de Cultura Educação e Assistência Social a organização que será a gestora dos dois projetos pelo prazo de 4 anos e meio, foram então os contratos renovados a partir de janeiro de 2013. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação. A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis não foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 15 de janeiro de 2016. b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma. c. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 3 c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado. • Nota explicativa nº 13 - Provisão para contingências. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente</p>				<p>pela Associação. a. Instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros não derivativos: A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Recebíveis: Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. Recursos vinculados a projetos: Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Passivos financeiros não derivativos: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Instrumentos financeiros derivativos: Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2015 e 2014. b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Lei Rouanet, vinculadas ao Ministério da Cultura, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC07 (R1): • Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante. • Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício. • Aquisição de bens: Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante. • Rendimentos de aplicações financeiras: Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante. Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. A Associação não possui nenhuma outra fonte de recursos e despesas que não estejam amparados pelo contrato de gestão ou por projetos de lei de incentivo. c. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário. Depreciação: A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Intangíveis: Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estima-</p>			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no Exercício				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no Exercício			
	Nota Explicativa	2015	2014		Nota Explicativa	2015	2014
Patrimônio líquido				Patrimônio líquido			
No início do exercício		-	-	No início do exercício		-	-
Resultado do exercício		-	-	Resultado do exercício		-	-
No final do exercício	(15)	-	-	No final do exercício	(15)	-	-
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras dos bens. e. Redução ao valor recuperável: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável. f. Passivo circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. g. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes): Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1).				Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).			
4. Recursos vinculados a projetos				4. Recursos vinculados a projetos			
		2015	2014			2015	2014
Bancos		307	1.526	Bancos		307	1.526
Aplicações financeiras		372.865	153.454	Aplicações financeiras		372.865	153.454
Recursos Livres - Associação		373.172	154.980	Recursos Livres - Associação		373.172	154.980
Bancos		1.884.295	1.058.938	Bancos		1.884.295	1.058.938
Aplicações financeiras		12.041.191	16.584.924	Aplicações financeiras		12.041.191	16.584.924
Recursos Restritos - Projetos		13.925.486	17.643.862	Recursos Restritos - Projetos		13.925.486	17.643.862
Total		14.298.658	17.797.343	Total		14.298.658	17.797.343
Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).				Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).			
5. Adiantamento de projetos e projetos a apropriar				5. Adiantamento de projetos e projetos a apropriar			
		2015	2014			2015	2014
Adiantamento de projetos	Longo Prazo	-	4.021.762	Adiantamento de projetos	Longo Prazo	-	4.021.762
Refere-se a recursos adicionais utilizados no Contrato de Gestão nº31/2008 no montante de R\$4.021.762, suportados por recursos do Contrato de Gestão nº34/2008, anteriormente classificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos, e baixados neste exercício de 2015, em função do documento obtido da Secretaria da Cultura, através do Ofício GS/SEC nº 297/2015, onde se destaca que: "Do apontamento elencado podemos afirmar a ocorrência da falha administrativa. Fato este que, em princípio, não descaracterizou a finalidade do objeto, ou seja, tanto o interesse público a ser atingido, bem como o objetivo das ações sociais programadas foram preservados e executados. Ainda sob os aspectos das falhas processuais, que caracterizam como lapso praticado pelos agentes públicos e administradores da organização Social que gerenciavam o procedimento à época, é possível observar que a incoerência deu-se na certificação e cumprimento das formalidades impostas por força da Lei, ou seja, na ausência de assinatura do aditamento contratual pretendido entre as partes (conforme já demonstrado nos esclarecimentos da Organização Social, apresentados aos 03 de abril de 2014 a esse .C. Órgão, por meio de seu ofício SMC nº66/2014-Anexo1). Cabe registrar, contudo, que essa audiência não comprometeu o bom andamento das ações praticadas, no que tange à execução da ação governamental."				Refere-se a recursos adicionais utilizados no Contrato de Gestão nº31/2008 no montante de R\$4.021.762, suportados por recursos do Contrato de Gestão nº34/2008, anteriormente classificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos, e baixados neste exercício de 2015, em função do documento obtido da Secretaria da Cultura, através do Ofício GS/SEC nº 297/2015, onde se destaca que: "Do apontamento elencado podemos afirmar a ocorrência da falha administrativa. Fato este que, em princípio, não descaracterizou a finalidade do objeto, ou seja, tanto o interesse público a ser atingido, bem como o objetivo das ações sociais programadas foram preservados e executados. Ainda sob os aspectos das falhas processuais, que caracterizam como lapso praticado pelos agentes públicos e administradores da organização Social que gerenciavam o procedimento à época, é possível observar que a incoerência deu-se na certificação e cumprimento das formalidades impostas por força da Lei, ou seja, na ausência de assinatura do aditamento contratual pretendido entre as partes (conforme já demonstrado nos esclarecimentos da Organização Social, apresentados aos 03 de abril de 2014 a esse .C. Órgão, por meio de seu ofício SMC nº66/2014-Anexo1). Cabe registrar, contudo, que essa audiência não comprometeu o bom andamento das ações praticadas, no que tange à execução da ação governamental."			
6. Contas a receber				6. Contas a receber			
		2015	2014			2015	2014
Contas a receber-Contrato de gestão nº02/2013		7.367.199	-	Contas a receber-Contrato de gestão nº02/2013		7.367.199	-
Contas a receber-Contrato de gestão nº01/2013		858.288	-	Contas a receber-Contrato de gestão nº01/2013		858.288	-
Outras contas a receber		10.440	-	Outras contas a receber		10.440	-
		8.235.927	-			8.235.927	-
Em janeiro de 2016 foi recebido o valor de R\$ 2.000.000,00, referente ao 3º termo aditivo do contrato de gestão nº 02/2013. Quanto a diferença desse contrato de R\$ 5.367.199, assim como do saldo do contrato de gestão nº 02/2013, não recebidas até o momento, serão efetuadas diligências junto a Secretária do Estado da Cultura, para se posicionarem quanto ao repasse.				Em janeiro de 2016 foi recebido o valor de R\$ 2.000.000,00, referente ao 3º termo aditivo do contrato de gestão nº 02/2013. Quanto a diferença desse contrato de R\$ 5.367.199, assim como do saldo do contrato de gestão nº 02/2013, não recebidas até o momento, serão efetuadas diligências junto a Secretária do Estado da Cultura, para se posicionarem quanto ao repasse.			
7. Adiantamentos diversos				7. Adiantamentos diversos			
		2015	2014			2015	2014
Adiantamento de férias		129.558	1.078.259	Adiantamento de férias		129.558	1.078.259
Outros		9.360	561	Outros		9.360	561
		138.918	1.078.820			138.918	1.078.820

continua ➤

continuação

8. Imobilizado: Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	Taxas	2015		2014	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	35.258	(13.678)	21.580	25.106
Equipamentos	10%	765.636	(318.477)	447.159	584.322
Móveis e Utensílios	10%	943.695	(490.260)	453.435	532.877
Veículos	10%	364.692	(364.692)	-	-
Instrumentos Musicais	10%	9.285.628	(4.539.875)	4.745.752	5.204.486
Ferramentas	10%	3.719	(1.859)	1.860	2.232
Computadores e Periféricos	20%	1.282.208	(972.267)	309.940	268.015
Telefones	10%	27.485	(19.445)	8.040	10.789
Sub-total		12.708.320	(6.720.554)	5.987.766	6.627.827
Imobilizado em Andamento		61.210	-	61.210	131.320
Total		12.769.530	(6.720.554)	6.048.976	6.759.147

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Saldos no início do exercício	6.759.147	7.111.368
Adições		
Instalações	-	-
Equipamentos	41.630	63.081
Móveis e Utensílios	31.835	83.382
Veículos	-	-
Instrumentos Musicais	450.325	424.815
Ferramentas	-	-
Computadores e Periféricos	126.833	215.258
Telefones	-	-
Baixas Líquidas	(182.074)	(5.991)
Depreciações	(1.178.720)	(1.132.767)
Saldos no fim do exercício	6.048.976	6.759.147

Em 2009, a Associação recebeu doações de bens no montante de R\$ 4.376.107 da Associação nomeada "Guri Santa Marcelina Organização Social e de Cultura", antiga organização social responsável pelos projetos Guri, encerrada em março de 2009. Ficando partir desta data os bens imobilizados em posse da nova Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. A Associação protocolou a relação de bens recebidos junto a Secretaria de Cultura e aguarda o documento final de doação. **Transferência dos polos** - Em 2010 foi estabelecida pela Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, a transferência para a Associação Santa Marcelina de 35 Polos gerenciados pela Associação Amigos

	2015		Valores a receber	Rendimentos Financeiros	Consumo	Dotação especial	Devolução de verba	Valor residual
	Saldo 31/12/2014	Valores recebidos						
Contrato de Gestão-Projeto EMESP (01/2013) (a)	5.200.712	19.839.513	858.288	955.439	(19.995.275)	(267.354)	-	6.591.323
Contrato de Gestão-Projeto Guri (02/2013) (b)	10.021.986	18.117.305	7.367.199	1.194.700	(24.885.812)	(355.320)	-	11.460.057
Outros Recursos - Projeto EMESP	216.325	102.219	-	-	-	-	-	318.544
Outros Recursos - Projeto Guri	35.532	-	-	-	-	-	-	35.532
PRONAC 139.152 SMC 2014	211.372	(211.372)	-	-	-	-	-	-
PRONAC 119.736	140	-	-	-	-	-	-	140
PRONAC 14.10801	1.028.640	1.208.813	-	49.548	(1.727.146)	(27.950)	-	531.905
Outros Projetos	150.730	311.966	-	15.835	(96.491)	-	-	382.041
PRONAC 15.8233	-	1.345.716	-	-	-	-	-	1.345.716
Projetos a apropriar	16.865.436	40.714.160	8.225.487	2.215.522	(46.704.723)	(650.624)	-	20.665.258

soas. - **Horizontes Musicais:** Em 2015, o patrocinador das últimas edições da Série optou por destinar seu recurso para um outro projeto dentro do Plano Anual de Atividades da Santa Marcelina Cultura, desta forma conseguimos realizar somente 3 apresentações por meio de otimização de recursos e intercâmbio com as atividades da EMESP Tom Jobim. Com as 3 apresentações foram beneficiadas 390 crianças e adolescentes de 3 diferentes Polos de ensino do Programa Guri - Polo CEU Perus, Polo CEU Inácio Monteiro e Polo CEU Jambuí - com os grupos: Quarteto de Cordas da EMESP, o Trio Pera e a Orquestra Jovem do Estado, sob regência de Claudio Cruz e participação de *PhillipeBernold* como solista convidado. **c.2 Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP Tom Jobim:** - **Orquestra Jovem do Estado:** Com recursos do projeto foram realizadas as seguintes ações na Temporada 2015 da Orquestra: 1) Turnê Estados Unidos: realização de dois concertos nos Estados Unidos, uma no *Kennedy Center for the Performing Arts* na Concert Hall, a principal sala de concertos do Kennedy Center, por meio da participação da Orquestra na programação do Festival *IberianSuite - Global ArtsRemix e uma apresentação na Alice Tully Hall do The Lincoln Center for The Performing Arts* em parceria com a *Julliard School*. A turnê Estados Unidos da Orquestra Jovem do Estado teve grande repercussão na mídia e a experiência internacional de participar de uma turnê com apresentações em grandes Salas de Concerto foi um grande aprendizado para os alunos da Orquestra. 2) Complementação da programação artística: para as 5 apresentações na Sala São Paulo beneficiando um público total de 6.614 pessoas. 3) Complementação de bolsas incentivo para os alunos: Foram pagas com o projeto 933 complementações de bolsas incentivo, de fevereiro a dezembro de 2015, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada. 4) Prêmio Ernani de Almeida Machado: A premiação foi aberta para os 90 bolsistas que formam a Orquestra Jovem do Estado por meio da divulgação de um Edital. Os prêmios foram divididos nas seguintes categorias: • 01 Prêmio - Bolsa de Estudo no exterior, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e 04 Prêmios - Bolsa de Estudos ou ajuda para Compra de Instrumento, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) cada. As inscrições foram abertas em 28 de setembro, a partir das 9 horas, a 30 de Outubro de 2015, até as 12 horas (meio-dia), horário de Brasília. As audições aconteceram em 02 etapas: **1º Fase:** Seleção feita por vídeos postados na internet. A banca da 1ª fase foi composta por professores da área. Os candidatos enviaram vídeos com gravações de uma peça de livre escolha com duração máxima de 15 minutos. A lista de aprovados na primeira fase foi divulgada em 16 de novembro de 2015 no site da EMESP Tom Jobim (www.emesp.org.br); **2º Fase:** Seleção por audição presencial. A banca da 2ª fase foi realizada no dia 07 de dezembro de 2015, na sede da EMESP, perante a Direção e Coordenação Artístico-Pedagógica da Santa Marcelina Cultura e do Diretor Musical e Regente Titular da Orquestra Jovem do Estado, Claudio Cruz e uma banca examinadora composta por: - Nelson Kunze, jornalista, crítico musical e Diretor da Revista Concerto; - Irineu Franco Perpétuo, jornalista e crítico musical; - Eduardo Monteiro, pianista e professor da USP; - Fló Meneses, compositor e professor de música contemporânea e eletroacústica da UNESP; - Elisa Fukuda, violinista e Diretora da Camerata Fukuda; - Paola Baron, primeira harpista da Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo; - Rogério Zaghi, pianista e Coordenador dos Programas Educacionais da Fundação OSESP; - Robert John Suetholz, violoncelista, professor da USP e Membro do Quarteto de Cordas da Cidade de São Paulo e Ensemble São Paulo; - Ana Valéria Polis, professora da Academia OSESP e da Faculdade de Cantareira e primeira contrabaixista da OSESP; - Eduardo Ganesella, percussionista da OSESP e professor da UNESP e Codiretor do PIAP e percussionista do Percorso Ensemble. A divulgação dos vencedores ocorreu no dia 19 de dezembro de 2015 na Sala São Paulo, antes do concerto da Orquestra Jovem do Estado. Os vencedores do Prêmio Ernani de Almeida Machado para alunos da Orquestra Jovem do Estado foram em 2015 foram: - Melhor Bolsista do Ano: Filipe dos Santos Esteves (clarinete): R\$ 60.000,00; - Os bolsistas selecionados para os prêmios de R\$ 15 mil (quinze mil reais) foram: Johann Cardoso Marianno Pereira (trompa), Ariane Rovesse (clarinete), Renan Gonçalves (violino) e Jean Arthur Medeiros (flauta). Os premiados de dezembro de 2015, receberam seus prêmios em 2016. Em 2015, foram pagos os prêmios dos vencedores de 2014: • Guilherme de Afonso Moraes Silva (Violoncelo): R\$ 60.000,00; • Filipe dos Santos Esteves (clarinete) - R\$ 15.000,00; • Johann Cardoso Marianno Pereira (trompa) - R\$ 15.000,00; • Matheus de Souza Carmo Posso (violoncelo) - R\$ 15.000,00; • Sandra Daniela Mora Valenzuela (percussão) - R\$ 15.000,00. 5) Gravação do CD "Orquestra Sinfônica Jovem do Estado de São Paulo convida Antonio Meneses", sob regência de Claudio Cruz. Os alunos puderam participar de mais uma importante experiência em sua formação e qualificação musical. O repertório do CD é composto de 3 obras: D. Shostakovich - Concerto para Cello e Orquestra; C. Guerra Peixe - Suíte Pernambuco nº 2 e H. Villa-Lobos - Choros nº 6. 6) Aquisição de Instrumentos Musicais: Aquisição de 2 clarinetes da marca Buffet Crampon (1 do modelo R13 Sib, 17 chaves, corpo em madeira com estojo e acessórios; 1 no modelo R13 Lá, 17 chaves, 6 anéis, corpo em madeira, com estojo e acessórios), conforme especificações aprovadas pelo Ministério da Cultura. - **Ópera Estúdio:** O Ópera Estúdio, da Escola de Música do Estado de São Paulo - Tom Jobim, apresentou 2 récitas da obra escrita em dois atos pelo compositor alemão Wolfgang Amadeus Mozart com libreto de Emanuel Schikaneder, para um público total de 474 pessoas. Ambas apresentações com entrada gratuita.

11. Salários e encargos sociais a pagar

	2015	2014
INSS a recolher	82.194	89.359
Outros encargos a recolher	-	50
Outros	5.290	-
Total	87.484	89.409

do Projeto Guri. A Associação Santa Marcelina ainda aguarda a avaliação e a documentação detalhada dos bens transferidos pela SEC, evidenciando suas condições de uso e atribuição de valores. Em 2014, a Associação contratou empresa especializada para efetuar o levantamento de seus bens com o objetivo de avaliar e sanear diferenças entre o físico e o contábil. O prazo para conclusão dos trabalhos previsto inicialmente para 2015 foi estendido para 2016. **9. Intangível:** Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme pronunciamento CPC 04, aprovado pela NBC T. 19.8, Resolução CFC nº 1.139/08 e NBC T 19.8 - IT 1 - Resolução CFC n.º 1.140/08.

10. Projetos

Projeto a executar	Curto Prazo	2015	2014
Projeto a executar	Curto Prazo	20.665.258	16.865.436
Projetos a apropriar	Longo Prazo	-	4.021.762
		20.665.258	20.887.198

Projeto a executar refere-se a recursos já recebidos pela Associação, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência. Vide explicações sobre os projetos a apropriar na nota explicativa nº 5. A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

12. Recursos aplicados em ativos permanentes 2015 2014

6.048.976 6.763.359

Conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 8 (ativo imobilizado).

Saldo em 31 de dezembro de 2014 **6.763.358**

Adição de imobilizado (nota explicativa 8) 650.624

Custo residual baixado de imobilizado e intangível (182.074)

Depreciação do imobilizado (nota explicativa 8) (1.178.720)

Amortização do intangível (4.212)

Saldo em 31 de dezembro de 2015 **6.048.976**

13. Provisão para contingências: A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Contingências trabalhistas	2015		2014	
	Saldo inicial	Adição final	Utilização	Saldo
	668.000	417.151	(149.652)	935.499

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 417.151 em 2015 (R\$ 668.000 em 2014) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **14. Partes relacionadas:** A Associação não possui partes relacionadas e a diretoria da Associação não são remunerados. **15. Patrimônio líquido:** O patrimônio social da Associação poderá ser formado pelas doações recebidas, pelas doações especiais e pelos superávits e/ou déficits acumulados, repassados a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. Em função de a Associação ter suas operações suportadas exclusivamente por contratos de Gestão firmados com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura e a Associação e projetos de leis de incentivo a cultura (Lei Rouanet), firmados junto ao Ministério da Cultura, os resultados apresentados desde a sua constituição tem sido nulos, motivo pelo qual a Associação não apresenta patrimônio social constituído. De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênera ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir e de preferência constituída pelas "religiosas Professas, irmãs Marcelinas", conforme fixado pela Assembléia Geral.

16. Recursos de contrato de gestão

	2015	2014
Programa Guri (02/2013)	24.895.881	23.377.771
Projeto EMESP (01/2013)	19.995.275	21.693.042
	44.891.156	45.070.813

17. Projetos especiais

	2015	2014
PRONAC 139.152	-	1.833.375
PRONAC 14.10801	1.727.145	-
Outros projetos	96.491	257.506
	1.823.636	2.090.881

18. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Associação não realizou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2015, a Associação está sujeita a risco de liquidez e de crédito. Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. Pelo fato da Associação ter suas despesas suportadas em contrato de gestão, todos as obrigações da Associação estão associadas a recursos financeiros já recebidos e com restrição de uso. Todas as dívidas da Associação, exceto as provisões para contingências são exigíveis a curto prazo e o capital de giro está representado da seguinte forma:

	2015	2014
Ativo circulante	22.708.417	18.914.681
Passivo circulante	21.772.918	18.246.681
Capital de giro	1,04%	1,04%

Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. **19. Informações por projetos:** As informações por projetos estão sendo apresentadas segregando os resultados da Associação, bem como seus ativos e passivos entre os projetos em andamento, os quais estão descritos na nota explicativa 1 (Programa Guri e Projeto EMESP). *Demonstrações de resultados*

2014	GURI	EMESP	Outros projetos	Associação	Total dos projetos
Recursos dos contratos de gestão	23.377.771	21.693.043	-	-	45.070.813
Projetos especiais	-	-	1.833.375	-	1.833.375
Outras receitas	398.031	750.973	-	257.506	1.406.510

Recursos

operacionais 23.775.802 22.444.016 1.833.375 257.506 48.310.698

Despesas operacionais(23.775.802)(22.444.016)(1.833.375)(257.506)(48.310.698)

Resultado do exercício - - - - -

2015	GURI	EMESP	Outros projetos	Associação	Total dos projetos
Recursos dos contratos de gestão	24.895.881	19.995.275	-	-	44.891.156
Projetos especiais	-	-	1.727.145	-	1.727.145
Outras receitas	554.758	629.902	-	96.491	1.281.151

Recursos

operacionais 25.450.639 20.625.177 1.727.145 96.491 47.899.452

Despesas operacionais(25.450.639)(20.625.177)(1.727.145) (96.491)(47.899.452)

Resultado do exercício - - - - -

20. Cobertura de seguros: A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

2015	2014
Despesas com pessoal	(15.411.459)(14.174.466)
Despesas com encargos sociais	(5.128.926)(4.572.971)
Despesas administrativas	(2.802.888)(2.896.581)
Serviços Prestados por Terceiros	(2.042.333)(2.091.549)
Impostos e Taxas	(65.033)(40.288)
	(25.450.639)(23.775.802)

EMESP

Despesas com pessoal (10.860.806)(11.294.179)

Despesas com encargos sociais (3.614.185)(3.675.879)

Despesas administrativas (2.112.159)(3.187.343)

Serviços Prestados por Terceiros (3.933.787)(4.210.692)

Impostos e Taxas (104.240)(75.923)

(20.625.177)(22.444.016)

	2015	2014
Outros Projetos	(675.623)	(94.996)
Despesas administrativas	(1.148.013)	(1.395.885)
Serviços Prestados por Terceiros	(1.823.636)	(2.090.881)
Total	(47.899.452)(48.310.698)	

continua

continuação

Rosane Ghedin - Diretora Presidente

Luis Roberto Teles - CRC/SP182786/O-8

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases: Imobilizado:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Associação recebeu no exercício de 2009 a título de doação determinados bens tangíveis e intangíveis, registrados no ativo imobilizado e intangível no montante líquido de R\$ 4.376.107. Apesar de ter protocolado junto a Secretaria de Cultura de São Paulo relação dos bens recebidos, a Associação não obteve até o momento documento formal emitido por esse órgão formalizando as doações. Além disso, conforme informado na mesma nota a Associação contratou em 2014, empresa especializada para efetuar o inventário físico de seu acervo patrimonial, contudo, pelo fato desse levantamento não ter sido concluído, os efeitos dos eventuais ajustes nas contas patrimoniais e de resultado não foram possíveis de serem mensurados até a emissão deste relatório. **Adiantamento de projetos e projetos a apropriar:** Consta na nota explicativa nº 5, que a Associação

utilizou recursos recebidos em referência ao Contrato de Gestão 034/2008, aprovado pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, no montante de R\$ 4.021.762, e que em função do Ofício GS/SEC nº 297/2015, a administração decidiu regularizar a baixa desse valor, em virtude de não haver expectativa de nenhuma perda. **Contas a receber - contratos de gestão:** De acordo com a nota explicativa nº 6, foram registrados saldos a receber da Secretaria do Estado da Cultura, de R\$ 7.367.199 relativo ao contrato de gestão nº 02/2013, sendo que em janeiro de 2016 foi recebido o valor de R\$ 2.000.000, restando ainda um saldo de R\$ 5.367.199, e mais R\$ 858.288, referente ao contrato de gestão nº 01/2013. No entanto, não foi possível confirmarmos se estes valores serão repassados, para recompor o fundo de reserva afim de satisfazer situações de desequilíbrio financeiro ou desmobilizações futuras. Nossa opinião não contém ressalva referente a este assunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado** - Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ora elaborada sob a responsabilidade da Administração da Associação, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016.

Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 15.753/O-0

Edson José da Silva

Contador

CRC-1SP251.112/O-9 - CNAI nº 2211

CASTELO ALIMENTOS S/A

CNPJ nº 07.814.284/0001-07

Relatório da Administração



A Administração da Castelo Alimentos S.A., submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes aos exercícios encerrados em 31/12/2015 e 31/12/2014. A Administração encontra-se à disposição dos acionistas para prestar os esclarecimentos julgados necessários. **Infra-estrutura:** A Administração da Companhia entende que o seu crescimento sustentado e a criação de valor para os seus negócios dependem, necessariamente, do investimento contínuo, tendo uma planta industrial atualizada. **Qualidade:** A Castelo tem seu Sistema de Gestão da Qualidade certificado na Norma ISO 9001 desde o ano de 2000. Para garantia dos produtos quanto à segurança alimentar, está implantado nos processos as normas de Boas Práticas de Fabricação e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APCC). **Vem inovando, aprimorando seus processos, investindo em pessoas, tecnologia e práticas ambientais, buscando sempre uma melhor produtividade. Recursos humanos:** A empresa é socialmente responsável, utiliza das boas práticas de governança corporativa, reconhecida há mais de 10 anos pela Fundação Abrinq como empresa amiga da criança onde apoia projetos sociais. **Comercial:** Segundo a Revista Exame - PME, a Castelo esteve entre as 250 empresas que mais cresceram nos últimos três anos. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas por suas contribuições para o sucesso da Companhia. **Marcelo Cereser**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de Reais)

	2015	2014
ATIVO		
Ativo circulante	39.318	31.675
Caixa e equivalentes de caixa	5.328	3.174
Contas a receber	23.916	19.110
Estoques	8.558	7.448
Impostos a recuperar	1.103	1.368
Outras contas a receber	413	575
Ativo não circulante	21.296	24.064
Impostos a recuperar	488	1.035
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	246
Imobilizado	20.409	22.480
Intangível	373	277
Investimentos	26	26
Total do ativo	60.614	55.739

	2015	2014
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	21.099	20.759
Empréstimos e financiamentos	3.287	4.723
Fornecedores	5.414	5.963
Salários e encargos sociais	3.749	3.796
Impostos e contribuições a recolher	1.985	1.459
Comissões de vendas a representantes e outros	1.059	825
Outras contas a pagar	748	572
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.176	1.566
Provisões diversas	1.761	1.050
Partes relacionadas	1.920	805
Passivo não circulante	2.006	5.012
Empréstimos e financiamentos	1.417	3.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos	181	-
Provisão para demandas judiciais	408	1.686
Patrimônio líquido	37.509	29.968
Capital social	20.000	14.000
Reservas de lucros	18.209	15.968
Ações em tesouraria	(123)	-
Outros resultados abrangentes	(577)	-
Total do passivo e do patrimônio líquido	60.614	55.739

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva para investimento e capital de giro	Ações em Tesouraria	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	14.000	972	7.492	-	-	22.464
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.005	10.005
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	(1.492)	(1.492)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.009)	(1.009)
Reserva legal	-	500	-	-	(500)	-
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	7.004	-	(7.004)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	14.000	1.472	14.496	-	-	29.968
Aumento de capital em 27 de março de 2015	6.000	-	(6.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.977	10.977
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	(1.074)	(1.074)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.662)	(1.662)
Reserva legal	-	549	-	-	(549)	-
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	7.692	-	(7.692)	-
Ações em tesouraria	-	-	-	(123)	-	(123)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	20.000	2.021	16.188	(123)	(577)	37.509

	Reservas de Lucros		Ações em Tesouraria	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Reserva legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	14.000	972	7.492	-	-	22.464
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.005	-	10.005
Dividendos a distribuir	-	-	-	(1.492)	-	(1.492)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.009)	-	(1.009)
Reserva legal	-	500	-	(500)	-	-
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	7.004	(7.004)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	14.000	1.472	14.496	-	-	29.968
Aumento de capital em 27 de março de 2015	6.000	-	(6.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.977	-	10.977
Dividendos a distribuir	-	-	-	(1.074)	-	(1.074)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.662)	-	(1.662)
Reserva legal	-	549	-	(549)	-	-
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	7.692	(7.692)	-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	(123)	(577)	(700)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	20.000	2.021	16.188	(123)	(577)	37.509

Resumo das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31/12/2015

(R\$ MIL, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia tem como objeto social a industrialização, comércio, importação e exportação de vinagres e seus sucedâneos, produtos alimentícios, temperos, conservas e condimentos em geral, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, bem como, a industrialização por conta de terceiros, a representação comercial por conta própria e de terceiros, a prestação de serviços relacionados com o desenvolvimento de produtos e a fabricação de embalagens de material plástico. **2. Principais práticas contábeis:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **(a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência-Companhia **(b) Impostos diferidos:** Os tributos diferidos foram reconhecidos considerando as alíquotas vigentes para o Imposto de Renda e Contribuição Social, constituídos sobre diferenças temporárias, na extensão em que sua realização seja provável. **(c) Ativos circulantes:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valo-

res devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. **(d) Imobilizado:** Demonstrado ao custo, líquido da depreciação, calculada pela vida útil econômica estimada de seus ativos. **(e) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, variações cambiais incorridas, até a data do balanço. **(f) Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas. Os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). Em relação às provisões, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obriga-

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de Reais)

	2015	2014
Receita líquida	113.858	101.196
Custo dos produtos vendidos	(61.308)	(54.042)
Lucro bruto	52.550	47.154
Receitas/(despesas) operacionais: Comerciais	(26.056)	(22.399)
Gerais e administrativas	(11.186)	(10.559)
Outras receitas operacionais, líquidas	318	427
Resultado operacional	15.626	14.623
Resultado financeiro: Despesas financeiras	(1.314)	(832)
Receitas financeiras	406	290
Variação cambial, líquida	857	372
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	15.575	14.453
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(1.314)	(4.276)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(430)	(172)
Lucro líquido do exercício	10.977	10.005

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de Reais)

	2015	2014
Das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	15.575	14.453
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	3.128	2.173
Amortização	101	45
Valor residual do ativo imobilizado baixado	389	1.401
Outros	-	(273)
Atualização monetária e juros sobre financiamentos	310	675
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	74	27
Provisão para demandas judiciais (líquido)	(1.278)	198
18.299	18.699	

	2015	2014
Decréscimo/Acréscimo nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(4.880)	(810)
Estoques	(1.110)	66
Impostos a recuperar	812	(743)
Outras contas a receber	162	436
Partes relacionadas	1.115	212
Fornecedores	(549)	487
Salários e encargos sociais	(47)	536
Impostos e contribuições a recolher	526	(64)
Comissões de vendas	234	97
Outras contas a pagar e provisões diversas	887	(696)
Caixa gerado das operações	15.449	18.220
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.171)	(4.275)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	11.278	13.945
Das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado	(1.446)	(7.251)
Aquisições de intangível	(197)	(49)
Caixa usado nas atividades de investimento	(1.643)	(7.300)
Das atividades de financiamento (com acionistas e com terceiros)		
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(3.126)	(1.877)
Empréstimos junto a terceiros (líquido)	(3.655)	(2.981)
Ações em tesouraria	(700)	-
Caixa usado nas atividades de financiamento	(7.481)	(4.858)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.154	1.787
Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício	3.174	1.387
No final do exercício	5.328	3.174
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.154	1.787

ção sendo uma estimativa confiável do valor. **3. Patrimônio líquido:** O capital social subscrito e integralizado está representado por 20.000.000 ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada. A administração da Companhia aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio e dividendos no montante de R\$ 2.736. **4. As Demonstrações contábeis:** Completas estão disponíveis na sede da Companhia para apreciação.

A DIRETORIA

Sérgio Ricardo Leite Zago - Contador CRC nº SP-220542/O-4

BANCO BANCO BMG S.A.

CNPJ/MF nº 61.186.680/0001-74 - NIRE: 3530046248-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Extraordinária - Primeira Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas do BANCO BMG S.A. ("Sociedade"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 04 de março de 2016, às 10 horas, na Sede Social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 9º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP: 04.538-133, em São Paulo/São Paulo, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: **01.** Deliberar sobre proposta de incorporação, pela Sociedade, de parcela a ser cindida do patrimônio do BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A., instituição com sede na Cidade de São Paulo/São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 9º andar, Parte, Bairro Itaim Bibi, Cep 04538-133, CNPJ nº 50.585.090/0001-06; **02.** Deliberar sobre proposta de incorporação, pela Sociedade, de parcela a ser cindida do patrimônio do Banco Cifra S.A., instituição com sede na Cidade de São Paulo/São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 9º andar, Parte, Bairro Itaim Bibi, Cep 04538-133, CNPJ nº 62.421.979/0001-29; **03.** Aprovar o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A.; **04.** Aprovar o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do Banco Cifra S.A.; **05.** Aprovar e ratificar a escolha da Auditoria Independente especializada em avaliações para promover a avaliação e elaborar os laudos sobre as parcelas cindidas das instituições mencionadas nos itens 1 e 2; **06.** Aprovar os laudos de avaliação e o valor da parcela do patrimônio a ser cindida das instituições acima mencionada nos itens 1 e 2; **07.** Outros assuntos de interesse da Sociedade. São Paulo, 24.02.2016. **BANCO BMG S.A. - Presidente do Conselho de Administração.**

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.762.121/0001-04 - NIRE 35.3.0035005-7

Assembleia Geral de Debenturistas

Edital de 1ª Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas

Titulares das Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Segunda Emissão da Companhia

Ficam convocados os Senhores titulares das Debêntures distribuídas no âmbito da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada no dia 14 (quatorze) de março de 2016 (dois mil e dezesseis), às 16:00 horas, na sede da Companhia, situada na rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, 387, 2º andar, cep. 04.543-121 na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia** ("Assembleia Geral de Debenturistas"): **(i)** A não declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures diante do Evento de Inadimplemento ocorrido, por descumprimento da cláusula 6.24.2, inciso XI da Escritura de Emissão, face o rebaixamento da classificação de risco corporativo da Companhia em duas ou mais notas em escala nacional; **(ii)** Autorizar o Agente Fiduciário das Debêntures não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures. Poderão tomar parte na Assembleia: a) os Debenturistas, mediante exibição de documento hábil de sua identidade e comprovação de que são titulares das Debêntures; e b) os procuradores dos Debenturistas, com poderes específicos para representação na Assembleia, e demais representantes legais, mediante comprovação da legitimidade da representação exercida. São Paulo, 26 de fevereiro de 2016. **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA. - Agente Fiduciário.**

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.762.121/0001-04 - NIRE 35.3.0035005-7

Assembleia Geral de Debenturistas

Edital de 1ª Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas

Titulares das Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Terceira Emissão da Companhia

Ficam convocados os Senhores titulares das Debêntures distribuídas no âmbito da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada no dia 14 (quatorze) de março de 2016 (dois mil e dezesseis), às 15:00 horas, na sede da Companhia, situada na rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, 387, 2º andar, cep. 04.543-121 na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia** ("Assembleia Geral de Debenturistas"): **(i)** A não declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures diante do Evento